

Bastonário da Ordem dos Médicos considera desonesto responsabilizar-se funcionários do INEM por morte de homem

written by O Cidadão | 28 de Junho, 2025



“O absurdo, de contornos quase kafkianos, surge quando, perante esta tragédia, se decide responsabilizar precisamente aqueles que, em pleno caos e condições particularmente adversas, procuraram cumprir o seu dever profissional e ético. Um médico e uma técnica de emergência, que aceitaram estar de serviço nesse dia conturbado, são inesperadamente apontados como culpados, transformados em verdadeiros bodes expiatórios numa inversão chocante da realidade”, escreve hoje Carlos Cortes numa publicação no Facebook.

O bastonário referia-se às conclusões do relatório da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (**IGAS**) relativo ao atraso no socorro a um utente de 53 anos, de Pombal, que morreu no dia 4 de novembro do ano passado e que foram conhecidas esta quarta-feira.

Numa nota nesse dia, o Ministério da Saúde, referindo-se às conclusões da IGAS, disse que *“a eventual demora na chegada do socorro do INEM, e ao contrário do que foi aventado por*

alguns, não é atribuída à existência de greve no INEM, nem sequer a uma demora no atendimento da chamada pelo CODU"

Citando a versão do relatório da IGAS que lhe foi enviada, o Ministério adianta que ***"as causas da demora serão outras"*** e que estarão relacionadas ***"com a alegada "falta de zelo, de cuidado e de diligência" de dois profissionais que intervieram no processo de socorro"***.

Sobre esses comportamentos, o relatório refere que os profissionais ***"não atuaram segundo as boas práticas da emergência médica"*** e que se lhes ***"exigia outra atitude mais célere e expedita, em concreto na triagem e despacho de meios"***, acrescenta.

Para o bastonário ***"é profundamente revoltante e desonesto que, num país onde frequentemente os verdadeiros responsáveis são poupados às críticas e às consequências, sejam precisamente os trabalhadores, os que enfrentam diariamente dificuldades reais, a ser sacrificados no altar das conveniências do momento"***.

Segundo Carlos Cortes é por isso ***"imperioso e urgente pôr fim a esta lógica perversa. As instituições públicas têm o dever de prestar contas com transparência e seriedade. Que sejam identificados e responsabilizados os verdadeiros autores das falhas, não aqueles que cumpriram, apesar das adversidades, a missão de salvar vidas, indo ao encontro dos doentes"***.

OC/AJS/Lusa